



GESTÃO FISCAL

Informativo

3º Quadrimestre de 2024



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

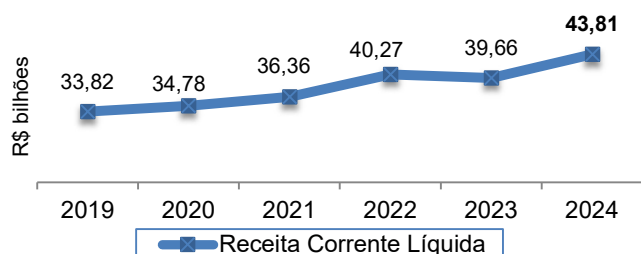
3º QUADRIMESTRE DE 2024

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (janeiro/2024 a dezembro/2024), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes, deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, como os da dívida pública e dos gastos com pessoal.

No exercício de 2024, a RCL apresentou um crescimento real (já descontada a inflação) de 10,5% em relação ao valor registrado no ano anterior. A maior parte desse crescimento ocorreu por conta do incremento real de 17% na arrecadação do ICMS.

Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2019 a 2024)



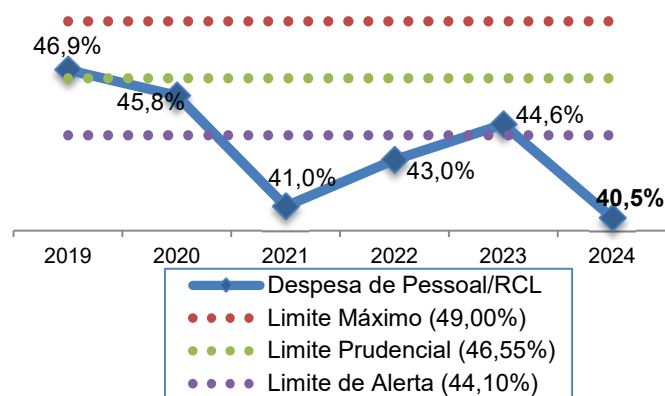
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA.

Despesa com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de comprometimento da RCL com a Despesa Total com Pessoal (DTP), estabelecido pela LRF, é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

O exercício de 2024 registrou um recuo significativo na relação DTP/RCL, que atingiu o menor percentual desde 2019 e ficou bem abaixo dos limites estabelecidos.

Gráfico 2 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

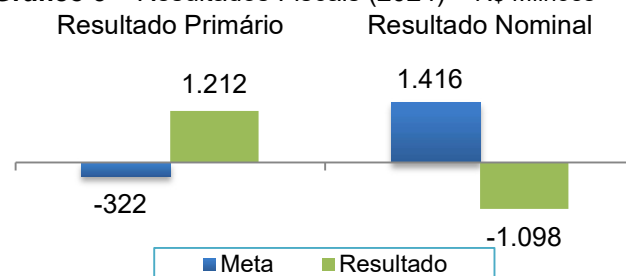
Resultados Primário e Nominal

O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (todas as receitas e despesas, exceto juros, operações de crédito e amortizações da dívida). Superávits primários, como o ocorrido em 2024, contribuem para reduzir o estoque total da dívida fiscal líquida.

Já o resultado nominal representa a soma do resultado primário com a diferença entre o total de juros recebidos e pagos. Um resultado nominal negativo, a exemplo do observado em 2024, indica aumento da dívida fiscal líquida, ou seja, representa um déficit nominal.

Em relação às metas estabelecidas na LDO 2024, verifica-se que o Poder Executivo obteve resultado primário superior à meta traçada, mas o resultado nominal ficou abaixo do previsto.

Gráfico 3 – Resultados Fiscais (2024) – R\$ Milhões



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio de previdência estadual.

Com a reforma de 2019, Pernambuco passou a ter dois fundos previdenciários para seus servidores civis: o Funafin (repartição simples) e o Funaprev (capitalização). Em 2024, o Funafin registrou déficit de R\$ 3,69 bilhões. Já o Funaprev, em funcionamento desde abril de 2020, registrou superávit de R\$ 240,4 milhões.

Por sua vez, a Seguridade Social Militar, também criada pela reforma de 2019, foi deficitária em R\$ 2,1 bilhões. Esse déficit, por determinação da legislação nacional, deve ser coberto pelo Tesouro Estadual.

Tabela 1 – Receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência – Pernambuco de 2024

R\$ milhões			
Regime	Receitas	Despesas	Resultado
Funaprev	240,9	0,4	240,4
Funafin	3.028,6	6.722,4	-3.693,8
Proteção Social Militar	443,9	2.525,3	-2.081,4

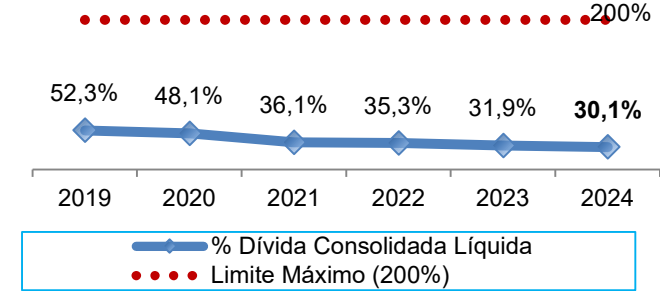
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente a 200% da RCL. O patamar pernambucano em dezembro de 2024 foi equivalente a 30,1%, menor percentual da série histórica e bem abaixo do limite.

Gráfico 4 – Dívida Consolidada Líquida (2019 a 2024)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

Disponibilidade de Caixa – Poder Executivo

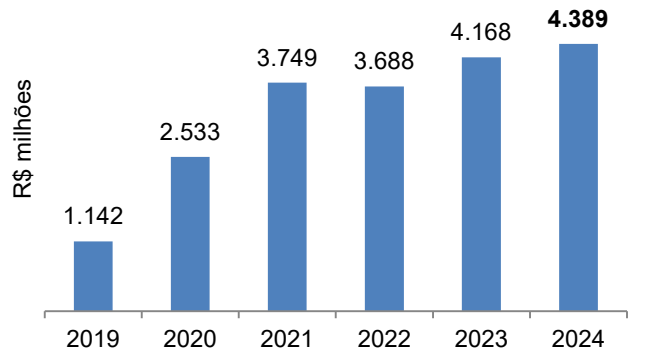
A Disponibilidade de Caixa Líquida advém da disponibilidade de caixa bruta subtraída das obrigações financeiras, inclusive dos Restos a Pagar.

De modo geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem restar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, com a suficiente disponibilidade de caixa.

Ao fim de 2024 a disponibilidade de caixa líquida do Poder Executivo teve um crescimento de 5,3% em relação a 2023, alcançando assim o maior patamar dos últimos seis exercícios.

Ressalta-se que os recursos vinculados (que têm destinação específica) representam 68,8% da disponibilidade líquida total de 2024.

Gráfico 5 – Disponibilidade de Caixa Líquida – Poder Executivo (2019 a 2024)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

*Dados atualizados pelo IPCA.

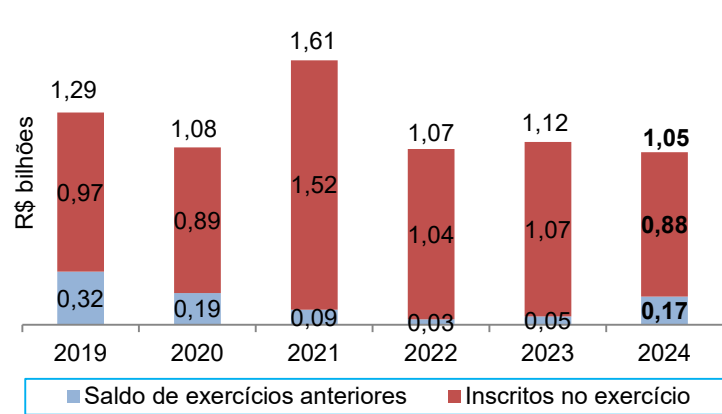
Restos a Pagar – Poder Executivo

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada ano, distinguindo-se as processadas (já liquidadas) das não processadas (apenas empenhadas).

O total de Restos a Pagar do Poder Executivo do Estado de Pernambuco em 31 de dezembro de 2024 era equivalente a R\$ 1,05 bilhão, dos quais 16,4% advinham de exercícios anteriores e 83,6% foram inscritos ao final do próprio ano de 2024.

Observa-se, ademais, que o exercício de 2024 registrou queda de 5,7% das obrigações a quitar nos exercícios seguintes, ficando, assim, em patamar próximo ao observado nos últimos anos.

Gráfico 6 – Restos a Pagar do Poder Executivo (2019 a 2024)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

*Dados atualizados pelo IPCA.

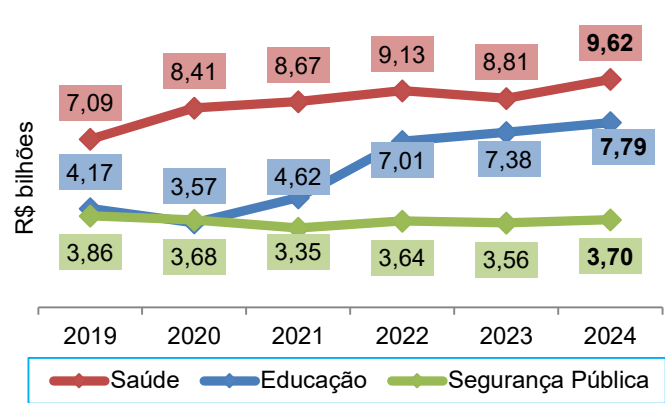
Despesas por Função

É possível comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto, por meio do demonstrativo de despesas por função.

Por esse critério, os gastos com saúde e educação cresceram, respectivamente, 9,1% e 5,6% em relação aos de 2023, reforçando a tendência de crescimento verificada desde de 2021.

Por fim, o estado também expandiu suas despesas com segurança pública no ano de 2024 em 3,8%.

Gráfico 7 – Despesas com Saúde, Educação e Segurança Pública – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

*Dados atualizados pelo IPCA